

RELEXÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO NO BRASIL

Maria Ferreira Gomes
Unimontes - maramarinha06@hotmail.com

Angela Fagna Gomes de Souza
Unimontes - angelafagna@hotmail.com

Rodrigo Herles dos Santos
UFU – rherlles@hotmail.com

Resumo:

A problemática da educação tem sido amplamente discutida nos últimos anos, principalmente no que diz respeito às técnicas, conteúdos e formas de avaliação. A educação do trabalhador rural faz parte desta discussão e se torna mais importante à medida que o principal movimento de luta e organização dos trabalhadores rurais do final do século XX e início do século XXI, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST vem defendendo a criação de um novo paradigma social, de educação e reforma agrária. Este trabalho objetiva mostrar que a educação no campo no Brasil é marcada por um cenário de lutas, havendo a necessidade de discussões acerca de um olhar mais atento sobre o homem do campo, como também, a necessidade de uma educação que garanta a sua inserção e permanência na escola.

Palavras-chave: Educação, campo, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

RELEXÕES ABOUT EDUCATION IN / FIELD IN BRAZIL

Abstract:

The issue of education has been widely discussed in recent years, especially with regard to technical content and forms of assessment. Education for rural workers is part of this discussion and it becomes more important as the main movement of struggle and organization of rural workers of the late twentieth and early twenty-first century, the Movement of Landless Workers, the MST has been advocating the creation a new social paradigm, education and land reform. This paper aims to show that education in the field in Brazil is marked by a scene of fights and there is a need for discussions about a close look at the man in the field, but also the need for education to ensure their integration and stay in school.

Keywords: Education, Field, Movement of Landless Rural Workers.

EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO NO BRASIL

Para compreendermos as idéias acerca da educação no campo e a marginalidade presente em pleno século XXI na população do meio rural, faremos uma abordagem histórica desse contexto.

O ponto de referência em educação existente no nosso país parte do meio urbano, e tem como modelo de vida aquele vivenciado aos centros urbanos. Isso acontece porque a escola ainda traz em si o legado de colônia e império que era implantado para os filhos dos grandes proprietários. Um exemplo disso era as escolas da Idade Média que se destinavam à educação da elite.

A educação no campo tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, pecuária, agricultura, os espaços pesqueiros, extrativistas e ribeirinhos. Sendo assim, o campo é mais do que um espaço não urbano, mas sim um campo de possibilidades que liga a produção das condições da existência social com as realizações da sociedade. As políticas públicas ao tratarem o urbano como parâmetro e o rural apenas como adaptação, reforça a concepção de que o rural é algo que tende a desaparecer em tempos próximos.

Os quatro séculos de escravidão marcaram os padrões de desenvolvimento sócio-econômico do meio rural. Nas primeiras décadas da república, não era requisitado do homem do campo qualificações escolares, caberia a ele o aprendizado somente das formas de trabalho e dos meios de produção. A educação era pensada como instrumento de controle e nacionalização do imigrante, bem como meio de ampliação das bases eleitorais de diferentes grupos políticos. O personagem “Jeca tatu” criado pelo autor Monteiro Lobato era usado para identificar e descrever o personagem do homem do campo.

Somente a partir de 1930 foi consolidado programas relevantes de escolarização para a população do campo, através do grupo dos pioneiros do “ruralismo pedagógico” que pregavam uma escola rural que estivesse adaptada aos interesses e necessidades de cada região, cujo propósito seria a contenção do êxodo rural e o aumento da produção.

Na década de 1940 com o crescimento das cidades e a incapacidade de absorção de mão-de-obra disponível pelo mercado de trabalho urbano, as idéias do ruralismo pedagógico em algumas regiões do país vieram como tentativa de resposta a essa questão social. Com a ameaça dos grupos dominantes, políticos e educadores procuraram implantar uma educação que levasse o homem do campo a compreender o sentido rural da civilização brasileira.

Passaram a reforçar os seus valores a fim de fixar o trabalhador rural a terra, sendo assim, adaptaram programas e currículos ao meio físico e a cultura local.

O processo de industrialização e a expansão industrial, conforme ressalta Caldart (2004) provocou uma rápida e intensa modernização das estruturas produtivas do espaço rural, ocasionado o êxodo rural e a grande concentração de propriedade e riqueza nas mãos de poucos. Todavia a educação rural foi pensada como mecanismo de contenção da levante de imigrantes, com um único propósito, o desenvolvimento econômico.

Entre 1945 e 1960 foram implantadas campanhas de alfabetização e programas de educação popular de caráter meramente assistencialista, considerando a população do campo como atrasada, desajustada e inculta.

[...] o conceito educação rural esteve associado a uma educação precária, atrasada, com pouca qualidade e poucos recursos [...]. Os tímidos programas que ocorreram no Brasil para a educação rural foram pensados e elaborados sem seus sujeitos, sem sua participação, mas prontos para eles. (FERNANDES, 2004, p. 61)

A educação rural não era pensada como forma de educar o cidadão para crescer e atuar de forma crítica e participativa na sociedade e sim, como resolução de uma questão social existente no período. A constituição de 1946, no inciso IV do mesmo art. 168, retoma a obrigatoriedade das empresas industriais e comerciais ministrarem em cooperação, à aprendizagem de seus trabalhadores menores, excluindo dessa obrigatoriedade as empresas agrícolas, ficando claro o desinteresse do Estado pelo ensino rural.

Após o golpe militar de 1964, os programas de alfabetização e educação de jovens e adultos na cidade e no campo foram interrompidos. Na constituição de 1967 tornava-se obrigatório que as empresas comerciais e industriais oferecessem ensino gratuito estabelecido por lei aos empregados e filhos destes, porém isso não se expandia às empresas agrícolas.

No final da década de 70 a sociedade começava a reagir aos tempos de repressão e autoritarismo, os movimentos sociais assumem um caráter de democratização da sociedade, conscientização popular e reivindicação de direitos. Foi criado nesse período o Plano Setorial de Educação (1975-1979) que propôs dar condições para o desenvolvimento de programas de educação no meio rural, como garantia de melhoria socioeconômica para os moradores, visando corrigir os problemas sociais gerados pelo desenvolvimento econômico.

A proposta visava maior desenvolvimento e trabalho, estimulando a introdução de técnicas modernas no campo além do ensino profissionalizante, levando os trabalhadores rurais a pensar que a modernização seria o melhor caminho para melhoria no seu nível de vida.

[...] a educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária conhecida popularmente na expressão: gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade. (LEITE, 2002, p. 14)

O processo histórico de certa forma contribuiu para a ausência de uma proposta de educação voltada para o meio rural. A escola é considerada como instrumento decisivo na chegada da cultura industrial e urbana no mundo rural. Por suas características e particularidades a escola rural é vista como espaço de reinvenção e superação de limites impostos por modelos escolares.

A escola como uma instituição histórica, vai se modificando de acordo com as diversas configurações e reclames sociais. O processo histórico tornou essa educação necessária, através da modernização dos meios e técnicas de trabalho.

A educação escolar praticada na colônia seguia a mentalidade da época e era destinada somente aos filhos dos grandes proprietários. Na idade média somente a elite intelectual, relacionada ao clero é que precisava desse tipo de conhecimento. Nesse contexto a ausência de políticas de educação no ou do campo não pode ser tratada como “deficiência”, sendo que nesta época essa educação não era pensada.

A partir do advento da modernidade é que a escola passou a ser necessária para um maior número de pessoas. Os trabalhadores precisam de preparo para a realização dos novos trabalhos que vão surgindo. A própria reforma Protestante do Século XVI, com a sua doutrina do sacerdócio universal dos cristãos e, consequentemente do livre exame das escrituras, tornou a escola, a alfabetização necessária do camponês. Essa exigência da modernidade vai se ampliando com o avanço do processo da modernização.

A educação **do** ou **no** campo era vista como completamente desnecessária até ao final do Império. Afinal, os saberes produzidos pela escola não faziam parte do cotidiano. A partir da República com o discurso de modernização, civilização e progresso e superação do atraso (história do Jeca Tatu) é que a escola começa a ser considerada necessária.

Nos últimos anos com o processo de “modernização do campo” várias discussões referentes à educação têm se ampliado. A idéia é exatamente levar o conhecimento urbano, considerado válido em relação ao conhecimento rural considerado arcaico, pré-moderno.

Nas últimas décadas o meio rural modernizou-se como resultado do processo de industrialização da agricultura e do crescimento das cidades, modificando um espaço que tradicionalmente era definido como rural.

Tomando como urbano o território no qual a cidade está assentada e o rural o que está fora dela, os camponeses são considerados contribuintes da economia urbana, sem projeto próprio, negando assim sua condição de sujeito individual ou coletivo autônomo.

De acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica (2002 p. 32) nas escolas do campo “há traços do mundo urbano que passam a ser incorporados no modo de vida rural, assim como há traços do mundo camponês que resgatam valores sufocados pelo tipo de urbanização vigente.” Após a explosão tecnológica ocorrida no campo a partir da década de 1950, aproximou a agropecuária brasileira ao modelo de produção industrial urbano.

A modernização agrícola alterou o processo produtivo tanto do grande como do pequeno produtor, resultantes da transformação tecnológica. Houve um aumento considerável do êxodo rural em função dos avanços da mecanização nas lavouras, com maior aporte tecnológico, beneficiando as culturas de exportação.

[...] a urbanização e industrialização aceleradas começaram a gerar pressões para a mudança do sistema educacional. Influenciados por educadores progressistas da Europa e Estados Unidos, alguns jovens educadores, em vários estados, desenvolveram novas políticas visando a adaptar o ensino às exigências da “modernização”, da democracia e do crescimento econômico. (PLANK, 2001, p. 68)

Isso acarretou uma dependência principalmente do pequeno produtor rural para com o capital agroindustrial, maior concentração agrária e urbanização dos espaços rurais, masculinização do campo, envelhecimento da população campesina e a intensificação da problemática educacional no campo, conforme gráfico 01 a seguir:

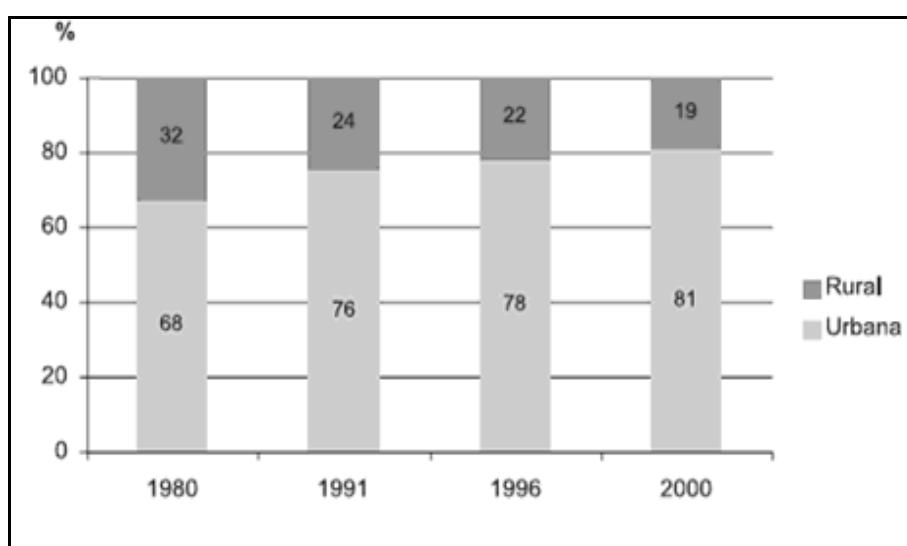


Gráfico 01: Participação da população residente, segundo a localização do domicílio - Brasil – 1980/2000.

Fonte: IBGE – Censo demográfico 1980, 1991, 1996 e 2000.

Os dados do Censo Demográfico revelam que no Brasil, desde a década de 1980 até 2000, o índice da população que passou a residir na zona urbana cresceu cerca de 13%, o que complexifica ainda mais a discussão sobre a relação urbano/rural. Devido a falta de perspectivas encontradas no campo, de investimentos no produtor rural, o êxodo rural acaba se intensificando.

Oliveira (2006) afirma que “cidade e campo vão se unindo dialeticamente, quer no processo produtivo, quer no processo de luta por melhores salários, por melhores preços para os produtos agrícolas, e particularmente, na luta pela reforma agrária”. Num primeiro momento ocorre a territorialização do capital, ele varre os trabalhadores do campo e os concentra na cidade para trabalhar para as indústrias, comércio e serviços.

O capitalista assim transforma o campo em um espaço da monocultura. Num segundo momento o capital monopolista dá espaço para que o camponês desenvolva suas manufaturas.

O desenvolvimento, portanto, da agricultura (via industrialização) revela assim que o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Esta unificação está sendo possível porque o capitalista tornou-se também proprietário das terras, latifundiário, portanto. Isto se deu igualmente também porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria. (OLIVEIRA, 2006, p. 32)

O campo é assim, um espaço de produção do trabalho camponês, de desenvolvimento da agricultura mecanizada, de lutas sociais e sobretudo de vida.

Quanto à escolarização no meio rural o tabela 01 a seguir mostra a taxa de escolarização bruta por nível de ensino e localização:

Tabela 01 - Taxa de escolarização bruta ano 2000

Localização	Taxa de escolarização bruta		
	Nível de ensino		
	Pré-escola	Fundamental	Médio
Urbana	49,4%	138,3%	95,1%
Rural	24,9%	105,0%	4,5%
Total	43,8%	126,7%	76,6%

Fonte: IBGE e MEC/Inep.

Compreendemos segundo os dados mostrados na tabela acima a grande diferenciação do número de matrículas dos alunos da zona rural para zona urbana. Percebemos que o ensino fundamental tem grande percentual na área rural que não se afirma no ensino médio.

Considerando que no meio urbano há uma concentração maior de pessoas, o percentual é mais alto, principalmente no ensino médio que chega a 95,1%, isso devido ao melhor acesso aos serviços e a educação. A população rural encontra dificuldade de continuarem seus estudos devido ao trabalho no campo, a falta de infra-estrutura nas escolas, dificuldade de locomoção descaso dado pelas políticas ao profissional e aluno.

A educação rural e a educação do campo, podem ser compreendidas na lógica da relação campo/cidade, no contexto do modelo capitalista de desenvolvimento em curso no país.

O rápido avanço do capitalismo no campo, no caso do Brasil, esteve ligado a distribuição desigual de renda e propriedade; ao processo de exclusão e a um modelo de agricultura subordinada à lógica do capital, gerando assim, lutas sociais dos trabalhadores sem terra, que pressionam a realização da reforma agrária. Por essas vias, acarretou uma grande dominação do urbano sobre o rural, que intensificou-se nos aspectos sociais, econômicos e educacionais.

No meio rural, nas poucas escolas existentes, seguiam os modelos de pensamento latifundista, empresarial, do assistencialismo, do controle político sobre a terra e as pessoas que nela viviam. Fernandes (2004, p.64), vem afirmar o descaso e subordinação presente no meio rural. “A educação rural pensa o campo apenas como espaço de produção, as pessoas são vistas como recursos humanos.” Ele critica o modelo de educação rural imposto a sociedade e constrói um novo paradigma, propondo a construção de uma educação **do campo** que valoriza o ser humano, o trabalhador e assentado como sujeitos do processo educativo, as relações sociais e práticas, o pensar e o trabalho. Retrata a escola como meio e espaço de apropriação do conhecimento e de valorização dos saberes sociais, num processo coletivo.

Diante da perspectiva de Fernandes (2002), ocorreu uma mudança da expressão “rural” para “campo” concebendo-o como espaço social com vida, identidade cultural própria e práticas compartilhadas por aqueles que ali vivem . Concebe-se assim o campo como espaço de vida e resistência.

No texto da Carta Magma de 1988, a educação é proclamada como direito de todos e dever do Estado, transformando-a em direito público subjetivo, independente de seu público residir em áreas rurais ou urbanas. Isso possibilitou as constituições estaduais e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, um tratamento mais igualitário para a educação.

A partir de então, as constituições dos estados passaram a dar mais ênfase às escolas do campo, determinando a adaptação dos currículos, dos calendários, da ampliação do

número de vagas, melhoria no parque escolar e medidas de valorização do professor que atua no campo.

A constituição de 1988 assegurou o direito público à educação básica, abrangendo todos os níveis e modalidades de ensino, oferecendo a possibilidade de implantar a educação no campo no momento atual da política educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 reforça em seu artigo 1º que “a educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Ao contemplar a diversidade cultural, a igualdade e a diferença, a LDB abre espaço à inovações no meio rural. Em seu artigo 26 “os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser contemplada por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia a da clientela” e reforça no artigo 28:

Na oferta da educação básica para a população rural os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à peculiaridade da vida rural e de cada região, especialmente: - conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola às condições climáticas; - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

A educação no meio rural deixa de ser um dos favores dos grandes fazendeiros proprietários de terras, prestados a seus subordinados, e passa a ser um direito garantido por lei, podendo esta ter um currículo e calendário próprio, em função das peculiaridades locais, econômicas e climáticas, para facilitar a entrada e permanência do aluno na escola. Surge assim, o novo modelo de educação, a educação no campo, uma educação voltada para a realidade do homem do campo.

A lei 10.172/2001 que instituiu o Plano Nacional de Educação – PNE aborda a educação no campo nos seguintes termos:

A escola rural requer um tratamento diferenciado, pois a oferta de ensino fundamental precisa chegar a todos os recantos do país e a ampliação da oferta das quatro séries regulares em substituição às classes isoladas unidocentes é meta a ser perseguida, consideradas as peculiaridades regionais e a sazonalidade.

Com o intuito de superar os problemas de multisseriação e melhoria da qualidade da educação rural, foi adotada a seriação do ensino. O PNE propôs outras metas referentes à

educação no campo como o transporte escolar quando necessário, flexibilidade de organização escolar, além de garantir o ensino profissional específico e permanente.

Em 1997 foram formulados os parâmetros curriculares nacionais - PCNs para o ensino fundamental, considerando as especificidades do campo. “A grande abrangência dos temas não significa que devam ser tratados igualmente; ao contrário, exigem adaptações para que possam corresponder às reais necessidades de cada região ou mesmo de cada escola” Brasil SEF (1997, p.45).

Devido à pressão dos movimentos sociais e o descaso dado a educação do campo, foi criado através da resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo que, em conformidade com a LDB assegura o respeito as diversidades no campo nos aspectos políticos, sociais, culturais, econômicos, de gênero e etnia. Garante ainda a flexibilização na organização do calendário escolar, gestão democrática das escolas e fortalecimento dos conselhos.

CENÁRIOS DE LUTA: novas visões da educação no campo

O descaso histórico com o sistema educacional no meio rural levou a inexistência de diretrizes políticas e pedagógicas específicas, e de dotação financeira que possibilitasse a institucionalização e manutenção de uma escola de qualidade em todos os níveis no campo.

A produção da existência humana, do processo de socialização e desenvolvimento da educação no campo, vem sendo impulsionado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, com alternativas de escolarização de crianças, jovens e adultos, com a promoção de seminários e encontros regionais e nacionais de educadores e educadoras da Reforma Agrária.

No que se refere à educação, o campo nunca foi visto como um espaço prioritário para a ação do estado. Sempre foram tratados pelo poder público com políticas compensatórias, através de programas, projetos, campanhas emergenciais e sem continuidade. Isso devido ao processo histórico que se desencadeou. A educação só se tornou necessária a partir do processo modernizador pelo qual o país passou. A discussão sobre educação no e do campo é algo recente, faz parte do processo de modernização e civilização.

A partir da década de 1990 com a pressão de movimentos sociais do campo, algumas iniciativas para a educação no meio rural começaram a surgir, dentre elas, a criação do programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera. Nesta luta, destacada atuação

tem tido o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –MST, ao reivindicar a substituição da educação no campo.

A experiência do EJA efetivada pelo Pronera se institui como forma de se tentar construir uma “educação do campo” e, deste modo, favorável aos interesses da construção de um processo verdadeiramente emancipatório. Entendendo que a educação destinada às pessoas jovens e adultas que não tiveram oportunidade de estudar ou concluir seus estudos na idade adequada não tem sido tratada, especialmente as do campo, com dignidade pelos programas do Governo Federal.

O Pronera surgiu a partir de um processo de discussão do MST e as universidades, durante o I encontro de educadores e educadoras da reforma agrária (I ENERA), realizado em Brasília em 1997. Os educadores envolvidos em projetos educativos em assentamentos buscavam a ampliação das atividades já desenvolvidas, surgindo assim, a idéia de criar um programa nacional de educação na reforma agrária. Programa este que tinha como objetivo conter o índice de analfabetismo detectado no I censo da reforma agrária, realizado nos meses de dezembro de 1996 a janeiro de 1997.

A necessidade colocada era de dinamizar as atividades de alfabetização e educação básica de jovens e adultos, desenvolvidos pelo Setor de Educação do MST já há alguns anos. Buscaram uma assessoria técnica pedagógica junto às Universidades, e a incorporação de outros segmentos da esfera rural, como a Comissão Pastoral da terra da CNBB, a UNESCO, além da Universidade de Brasília, que desde então já apoiava o movimento. A UNB então elaborou um projeto nacional de educação para os assentamentos de reforma agrária.

O projeto nasceu em 16 de abril de 1998 e foi incorporado ao INCRA em 2001. O Pronera definido como uma política pública do governo federal tem como objetivo geral, promover ações educativas nos assentamentos da reforma agrária, com metodologias de ensino específicas a realidade sociocultural do homem do campo. Além de elevar o nível de escolarização da população nos assentamentos, o programa tem como metas a redução das taxas de analfabetismo, a promoção a habilitação de professores de nível médio e superior, bem como, a formação técnico-profissional de jovens e adultos em áreas como produção agropecuária e administração rural. O projeto é aplicado em assentamentos implantados pelo INCRA ou por órgãos públicos responsáveis pelas políticas agrárias ou fundiárias.

O programa caracteriza-se em três princípios; primeiramente a interatividade, promovendo parcerias com órgãos governamentais, instituições de ensino superior, movimentos sindicais, sociais e comunidade; a multiplicação, visando ampliar o número de alfabetizados, monitores e agentes mobilizadores a fim de desenvolverem a educação nos

assentamentos além da participação, buscando envolver a comunidade em todas as etapas do processo educativo.

Cabe às instituições de ensino superior a gestação dos recursos financeiros, a execução e acompanhamento pedagógico das ações educativas e a elaboração dos projetos. A tabela 02 abaixo mostra a quantidade de pessoas atendidas através do Pronera de 1998 a 2000.

Tabela 02 - Atendimento do Pronera entre 1998 e 2002

Ano	Nº de convênios	IES	Alunos	Municípios	Assentamentos
1998	10	10	6.460	83	188
1999	51	37	56.590	548	1284
2000	18	15	12.205	130	300
2001	29	15	23.728	409	727
2002	31	22	23.932	404	881
Total	139	99	122.915	1574	3.380

Fonte: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária em Perspectiva – dados básicos para uma avaliação – 2003.

Através da tabela pode-se observar que o Pronera atingiu até o ano de 2002, 3.380 assentamentos em todo país e 122.915 alunos. O ano de melhor desempenho foi em 1999, em seguida houve uma queda tanto no número de assentamentos como de alunos atendidos, devido baixo recursos dos convênios.

O Pronera propõe desenvolver ações educativas em diferentes níveis de ensino para atender as demandas sociais por uma educação nos assentamentos de reforma agrária, porém, a educação de jovens e adultos (EJA), é a modalidade considerada como prioritária, atendendo as necessidades dos jovens e adultos de dominarem a leitura e a escrita, além dos conhecimentos básicos da matemática e dos estudos das ciências da natureza. A vinculação dos conteúdos e saberes dos alfabetizados e a prática pedagógica foram considerados como uma das estratégias de promover a participação dos agricultores nas aulas, superando o desinteresse e o abandono da escola.

Neste desafio, cabe ao alfabetizador o papel de estar sempre reconhecendo e valorizando as experiências históricas, políticas, culturais e sociais dos jovens e adultos alfabetizados. São milhares de homens e mulheres - jovens e adultos - do campo, que por diversos motivos, não tiveram acesso à educação regular, mas que têm nesse projeto a oportunidade de recuperar o tempo fora da escola e adquirir conhecimentos que possam atender às suas necessidades e anseios.

De acordo com o manual de operações do programa, no término das 400h/aulas presenciais o aluno poderá ser capaz de produzir um pequeno texto, articulado a partir de seu próprio vocabulário.

A educação no campo nesse contexto de discussão intensificou-se com a I Conferência Nacional por uma educação básica do campo, consideradas exemplos de luta, e com objetivos de discutir e formular políticas públicas que garantissem o direito a uma melhor educação para a população do campo.

A I Conferência Nacional por uma educação básica do campo foi realizado nos dia 27 a 31 de julho de 1998, em Brasília, promovida pelo MST, UNIEF, UNESCO e UNB. Esta veio reafirmar o campo como espaço de vida digno de políticas públicas e de projetos específicos para quem vive nele. Foi uma ação que teve papel significativo no processo de rearticulação da população no campo para a agenda da sociedade e dos governos, inaugurando uma referência para o debate e mobilização popular sobre a educação no campo, que é silenciada tanto pelo governo do estado como pelas propostas educativas para o meio rural.

A educação do campo precisa ser diferenciada, a discussão principal da Conferência foi garantir que todas as pessoas do meio rural tenham acesso a uma educação de qualidade voltada aos interesses da vida no campo, questionando que tipo de escola e de proposta educativa poderia ser desenvolvida no campo.

Foi tratada a importância do trabalho camponês, a falta de escolas para atender às crianças e jovens, a falta de política de valorização do magistério, de infra-estrutura das escolas, de financiamentos, de apoio às iniciativas de renovação pedagógica, currículos inerentes com a realidade dos sujeitos, falta de qualificação necessária para os docentes, os altos índices de analfabetismo e por fim, uma denúncia à nova geração que está sendo deseducada para viver no campo.

As crianças e jovens estão perdendo sua identidade e raízes, tendo direito de aprender a sabedoria de seus antepassados e produzir novos conhecimentos para permanecer no campo. A I conferência mostrou a necessidade e a possibilidade de continuar o trabalho que se produziu durante seis anos através de ações de diferentes organizações, encontros, programas de formação de educadores e fóruns.

Entre 02 e 06 de agosto de 2004 foi realizada em Luziânia-Go a II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, com a presença de representantes de movimentos sociais, sindicais, organizações de trabalhadores do campo e da educação, universidades, ONG's, secretaria municipal e estadual de educação, órgãos de gestão pública, trabalhadores, educadores, ribeirinhos, camponeses, pesqueiros, extrativistas, quilombolas, povos indígenas, assalariados, dentre outros.

Além de reafirmar os problemas debatidos e apresentados na I Conferência, foi mais uma vez evidenciado, o campo como espaço de vida e digno de políticas públicas específicas para sua população.

A II Conferência defendia uma sociedade justa, democrática e igualitária, e a implantação de um projeto de desenvolvimento do campo que teria a educação como papel estratégico no seu processo de construção. Um projeto de educação para superar a oposição entre campo e cidade e a visão de que o moderno e mais avançado é sempre o urbano. Uma educação que valorize a agricultura familiar camponesa, o campo como lugar de vida, produção, lazer, educação, moradia e cultura, garantia de políticas públicas que visem assegurar os direitos sociais e humanos do povo que vive no campo.

É notório que onde existem, as escolas do campo são as que possuem menos condições de infra-estrutura, menos equipamentos, menos acesso à água potável, difícil acesso da residência até as salas de aula, construções espaciais em locais que não aglomeram as comunidades, entre outros. A política de nucleação das escolas não tem sido uma política que atenda aos interesses dos sujeitos que vivem no campo, ela é mais uma medida financeira, pois os alunos e educadores ficam a mercê dos transportes para estudar sofrendo com todos os problemas que já conhecemos. (EDUCAÇÃO, 2004, p. 10)

A II Conferência vem reafirmar a necessidade dos direitos aos recursos para a educação e o aumento do poder dos camponeses, para isso, faz-se necessário excluir o tratamento diferenciado que acaba por excluir os trabalhadores e trabalhadoras do acesso á educação de qualidade.

Por meio destas conferências buscou-se uma ampliação e garantia de permanência da população do campo ao ensino superior por meio de políticas públicas permanentes, valorização e formação específica de educadores e educadoras, formação de profissionais para o trabalho e respeito as especificidades e diversidades dos sujeitos envolvidos.

Sendo assim, caberia as organizações a garantia e o cumprimento das devidas propostas para que a educação do campo deixe de ser algo distante da realidade rural na sociedade brasileira.

Nesta perspectiva entende-se que a educação no campo é semente de uma nova realidade para a agricultura familiar e camponesa, resgate histórico e universalização de direitos, devendo ser vinculada à produção, à sustentabilidade dos assentamentos, formação de técnicos e discussões tecnológicas e econômicas.

A resolução nº 02 de 28 de abril de 2008 propõe diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento à Educação Básica do Campo estabelecendo em seu artigo 1º e inciso 1º:

A Educação do Campo, de responsabilidade dos Entes Federados, que deverão estabelecer formas de colaboração em seu planejamento e execução, terá como objetivos a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica.

E complementa no artigo 7º:

A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infra-estruturais adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo.

O inciso 1º do artigo 7º estabelece que “a organização e o funcionamento das escolas do campo respeitarão as diferenças entre as populações atendidas quanto à sua atividade econômica, seu estilo de vida, sua cultura e suas tradições”. A educação no campo pode ser percebida e valorizada no contexto atual de desenvolvimento, já a educação do campo vem perdendo seu espaço.

A educação **do** campo pode ser compreendida como o modelo de ensino usado nas cidades, sem nenhuma diferenciação e readaptação para ser usado no campo. A educação **no** campo comprehende um modelo de educação voltado diretamente para os trabalhadores camponeses, incluindo calendário próprio e conteúdos trabalhados de acordo com a realidade do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reduzido investimento público destinado à educação rural, proporciona condições inadequadas de melhoria no ensino. As escolas geralmente contam com uma estrutura física precária, em sua maioria não funciona em prédio próprio, em local de difícil acesso, com pouco espaço físico, única sala multisseriada com um professor que ministra as quatro séries, além da ausência de supervisão escolar pedagógica.

Além disto, o currículo baseia-se em valores e saberes urbanos, o que dificulta a afirmação da identidade sócio-territorial e desmotiva o estudante do campo a freqüentar a escola. Há um grande descompasso entre o calendário escolar e a agenda do trabalho agrícola, o que restringe o acesso e permanência do estudante na escola, pois os alunos estão inseridos na mão-de-obra familiar e necessitam ajudar a família na produção.

Quanto aos profissionais da educação há uma rotatividade muito grande, os professores habilitados, em sua maioria, vivem nas cidades e exercem a profissão somente no início da carreira. A falta de profissionais habilitados se intensifica devido à distância das escolas, a sobrecarga de trabalho, os baixos salários e a falta de assistência pedagógica.

Para tanto, a educação do campo é marcada por variadas e ricas experiências, tanto no âmbito governamental como através de movimentos sociais, partidos políticos, igreja, órgãos não governamentais que contribuíram para a construção de uma nova escola para a população do campo. Citamos como sendo que um dos grandes defensores e contribuintes deste modelo educacional o movimento dos trabalhadores rurais (MST).

A educação em assentamentos rurais é considerada de difícil desenvolvimento. As lutas travadas pelos movimentos sociais em busca de uma educação diferenciada para o homem do campo, faz atentar-nos a olhar o campo como espaço digno de vida, trabalho, cultura, educação e lazer.

Independente do local, seja na cidade ou no campo, o educando e educador precisam ser valorizados. O profissional que atua no campo, nas escolinhas abandonadas no meio do mato, sofre com o descaso dado pelas políticas públicas perante seu trabalho. Falta apoio pedagógico, estrutura física, transporte escolar, melhores salários, salas e material didático. Sendo assim, a educação no campo atravessa uma fase de precariedade que afeta diretamente a realidade do aluno e que permanece sendo motivos de constantes lutas dos movimentos sociais por melhorias.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, República Federativa do. **Constituição da República federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo.** Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. Brasília: MEC/SECAD, 2002.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** Roseli Salete Caldart. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

EDUCAÇÃO, Ministério da. **Por uma política pública de educação do campo.** Texto base. II Conferência Nacional por uma Educação do Campo. CNBB/ MST/ UNICEF/ UNESCO/ UNB/ CONTAG/ UNEFAB/ UNDIME/ MPA/ MAB/ MMC. Luziânia: Inep, 2004.

Panorama da educação no campo. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

Referências para uma política nacional de educação no campo. Brasília: Inep, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica. O campo da educação do campo. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo. (Orgs). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo.** Articulação Nacional. Por uma educação do campo. Brasília: Inep, 2004. (Coleção por uma Educação do Campo n 5)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATICA-IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>> Acesso em fev. de 2009.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural:** urbanização e políticas educacionais. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, A. U. Campesinato e Agronegócio: uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo. In: FEITOSA, Antonio Murilo Alencar; ZUBA, Janete Aparecida Gomes e CLEPS JUNIOR, João. (Org.). **Debaixo da Lona - Tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil.** 1^a ed. Goiânia: Editora da UCG, 2006, v. 1, p. 29-78.

PLANK, David N. **Política educacional no Brasil:** caminhos para a salvação pública. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.